

Educação do campo e agroecologia: sujeitos educativos no contexto de Minas Gerais

Rural education and agroecology: educational subjects in the context of Minas Gerais

NÉSPOLI, José Henrique Singolano¹

¹ Professor do curso de Licenciatura em Educação do Campo / Universidade Federal do Triângulo Mineiro (UFTM), jose.nespoli@uftm.edu.br

RESUMO EXPANDIDO

Eixo Temático: Educação em agroecologia

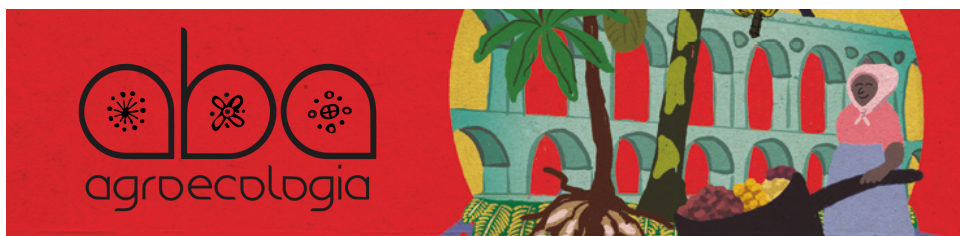
Resumo: O trabalho com o tema da agroecologia tem se tornado cada vez mais relevante no interior do movimento de Educação do Campo: propostas pedagógicas, metodologias, livros, materiais didáticos, etc. tem se avolumado sobre o tema da agroecologia e suas relações com a educação. Esta pesquisa pretende analisar como que a agroecologia tem sido incorporada às práticas educativas das escolas, universidades e movimentos sociais, identificando alguns dos sujeitos e das experiências de Educação do Campo e agroecologia no estado de Minas Gerais. A partir da pesquisa bibliográfica e participante, o artigo pretende analisar a concepção político-pedagógica das práticas em agroecologia desenvolvidas pela Educação do Campo.

Palavras-chave: luta de classes; disputa de hegemonia; aparelhos ideológicos.

Introdução

A incorporação da agroecologia às práticas educativas e curriculares da Educação do Campo tem desempenhado um papel fundamental nos processos formativos que vêm sendo desenvolvidos pelos movimentos sociais, escolas do campo e universidades. De modo geral, a agroecologia tem contribuído para a construção de uma visão crítica entre professores, estudantes e da sociedade em relação ao modelo de desenvolvimento econômico e social no campo brasileiro, centrado no modelo do agronegócio.

Partindo do que assinala Paulo Freire (1981), uma das principais tarefas de uma educação comprometida com a libertação dos trabalhadores e oprimidos é que ela se constitua em instrumento de tomada de consciência da realidade, ou seja, de conhecimento do mundo concreto/vivido, e também como processo de formação de sujeitos tendo em vista a transformação da realidade, o que só poderia ocorrer, acrescenta Freire, mediante a transformação das relações de produção, trabalho e propriedade vigentes na sociedade. Neste sentido, a assimilação da agroecologia às práticas educativas dos movimentos sociais e da Educação do Campo tem contribuído não só para a formação de uma visão crítica em relação a realidade e ao modelo de desenvolvimento do campo brasileiro, como também para a construção de um projeto alternativo de campo, contra hegemônico, fundado nos interesses e na perspectiva de classe dos camponesas e povos do campo, voltado



para o fortalecimento da agricultura familiar, dos direitos e da sustentabilidade no meio rural.

Contrapondo-se ao modelo de desenvolvimento do campo brasileiro que vem sendo implementado desde os anos 1960, marcado por um conjunto de transformações que foram denominadas de “revolução verde”. Estas transformações consistem, no fundo, numa modernização conservadora do velho latifúndio, que instaurou uma nova fase do desenvolvimento capitalista no campo brasileiro, a partir da qual corporações transnacionais da agroindústria construíram uma nova estrutura de produção e dominação no meio rural, guiada pelo tripé semente transgênica, agrotóxicos/fertilizantes sintéticos e máquinas pesadas (NOVAES; SANTOS; PIRES; FUZER, 2015).

Como aponta Novaes, Santos, Pires e Fuzer (2015), este processo vem apresentando profundas consequências, tais como: aumento da concentração da terra e do desemprego no campo; intensificação do êxodo rural; degradação dos solos; comprometimento da qualidade e quantidade dos recursos híbridos; devastação de florestas e campos nativos; empobrecimento da diversidade genética de plantas e animais; contaminação da água e dos alimentos consumidos pela população; e aumento da mercantilização e proletarização do campo, além do endividamento dos pequenos produtores, dentre outras.

Ou seja, uma nova forma de colonialismo, exploração e dominação por parte das grandes corporações capitalistas, que tem imposto um modelo de produção destrutiva e exploratória sobre os países periféricos, seus povos e seus recursos naturais. No Brasil, as grandes corporações capitalistas vinculadas ao agronegócio, que controlam o mercado de terras, de sementes transgênicas e de agrotóxicos no país, conseguem por meio do seu poder político, social e ideológico, impor seus interesses ao país: o Brasil, por exemplo, desde 2008, é o maior consumidor de agrotóxicos do mundo (NOVAES; SANTOS; PIRES; FUZER, 2015).

Neste contexto, a agroecologia tem contribuído para desvendar os aspectos nocivos e destrutivos do modelo do agronegócio vigente no país. Entretanto, do ponto de vista dos movimentos sociais e da educação do Campo, a agroecologia não se restringe unicamente a uma técnica agrícola voltada para a preservação e o cuidado do meio ambiente, na medida em que ela se insere no interior de um projeto mais amplo de transformação das relações de produção, trabalho e propriedade no campo, voltado para o fortalecimento da agricultura familiar, da cidadania e da sustentabilidade.

Desta perspectiva, ressalta Martins (2017), a agroecologia deve ser entendida como parte da estratégia de luta e de enfrentamento dos camponeses em relação ao modelo do agronegócio, à exploração dos trabalhadores e à depredação da natureza. Para os movimentos sociais e de Educação do Campo, o conceito de agroecologia é diferenciado da visão que reduz o termo à mera técnica agrícola ou preservação do meio ambiente, pois entende que a construção da agroecologia está



relacionada a vários outros elementos, tais como reforma agrária, cooperativismo, gênero, políticas públicas, educação, cultura, saberes tradicionais camponeses, juventude, meio ambiente, etc. Mais do que um conjunto de conhecimentos úteis aplicados à agricultura, a agroecologia se articula também como um conjunto de práticas sociais que englobam as relações dos seres humanos com a natureza e as relações socioeconômicas.

Diante deste quadro, que expressa a luta de classes e a disputa de hegemonia no campo, o projeto de pesquisa “Educação do campo: saberes e práticas de formação nas relações discursivas entre trabalho, educação, letramentos e agroecologia” tem como um de seus objetivos identificar e analisar como que a agroecologia tem sido incorporada e trabalhada nas práticas educativas dos movimentos sociais, escolas do campo e universidades no estado de Minas Gerais.

Metodologia

Atualmente, uma diversidade de sujeitos e experiências tem desenvolvido atividades educativas sobre agroecologia no estado de Minas Gerais: movimentos sociais, sindicatos rurais de trabalhadores, comunidades tradicionais, escolas do campo, universidades. Esta pesquisa busca identificar e analisar algumas das principais iniciativas de Educação do Campo e agroecologia que vêm sendo desenvolvidas no estado de Minas. A metodologia do projeto fundamenta-se na pesquisa bibliográfica, na observação, na pesquisa participativa, nas vivências e pesquisas de campo, entrevistas, audiovisuais e na análise documental de projetos pedagógicos, materiais didáticos, etc., por meio da qual pretende-se fazer um exame das práticas, metodologias e concepções do trabalho educativo em agroecologia.

Resultados e Discussão

Um estudo sobre Educação do Campo e agroecologia no estado de Minas Gerais, primeiramente, é preciso reconhecer o papel que os movimentos sociais do campo têm no debate e na educação sobre agroecologia. Movimentos sociais como o MST, sindicatos rurais de trabalhadores, movimentos de comunidades tradicionais quilombolas, indígenas, geraizeiros, etc., têm se constituído em importantes sujeitos educativos da agroecologia.

No MST, por exemplo, maior movimento de trabalhadores rurais do Brasil na atualidade, a entrada da agroecologia na agenda do movimento levou à criação de várias escolas de agroecologia por todo o país. Com o intuito de combater o modelo do agronegócio e difundir a experiência acumulada na prática da agroecologia, o MST criou inúmeros cursos técnicos de agroecologia, ensino médio integrados, cursos de especialização, graduação e até mestrado. Além disso, o movimento também tem difundindo a bandeira da agroecologia nas escolas do campo de educação básica onde a proposta do movimento tem alguma incidência, produzindo também materiais didáticos, currículos e metodologias voltados para o ensino de agroecologia.



Em Minas Gerais, diversas escolas de assentamento do MST têm trabalhado a agroecologia em seus currículos e práticas educativas, desenvolvendo projetos com pomares e hortas orgânicas, sobre cuidados com a água, o solo e as florestas, trabalhando a agroecologia vinculada à reforma agrária, cooperativismo, políticas públicas, sustentabilidade, entre outros. De modo geral, a maioria das escolas de assentamento concentram-se na Educação Infantil e nos anos iniciais do Ensino Fundamental.

Além das diversas escolas de educação básica dos assentamentos, é importante destacar também a atuação do Centro de Formação Francisca Veras, situado no assentamento Oziel, município de Governador Valadares (MG). O Centro foi fundado em 2005 e tem atuado nas áreas da educação ambiental, cultura, saúde, educação, formando agricultores e agricultoras em agroecologia, e também atua nos projetos de recuperação da Bacia do Rio Doce, em função da destruição causada pelo rompimento da barragem da Samarco (2015).

Além dos movimentos sociais e sindicais, as comunidades tradicionais (indígenas, quilombolas, geraizeiros, etc.) também veem seu modo de vida destruído pelo avanço da mineração e do agronegócio, e também organizam seus cursos de especialização e centros de formação para defenderem seus territórios e suas práticas de agricultura alternativa e sustentável.

Um segundo conjunto relevante de sujeitos da Educação do Campo e da agroecologia no estado de Minas Gerais são as Escolas da Família Agrícola (EFA). Segundo Ravagnani (2022), a EFA é uma escola do campo, situada no campo, protagonizada e gerida pela associação das famílias camponesas e parceiros, e que ao longo dos anos produziu uma metodologia própria de ensino, conhecida como Pedagogia da Alternância, que consiste num dos pilares do movimento de Educação do Campo.

As Escolas da Família Agrícola surgiram no Brasil em fins dos anos 1960, como uma alternativa para melhorar as condições de vida e trabalho da população rural, como uma maneira de enfrentar o êxodo rural e as transformações decorrentes da Revolução Verde. Ao longo dos anos, as EFAs se espalharam por todo o Brasil. Em Minas Gerais, de acordo com a Associação Mineira das Escolas da Família Agrícola (Amefa), atualmente existem 21 EFAs no estado, atuando sobretudo nos anos finais do Ensino Fundamental, no Ensino Médio e Cursos Técnicos.

A pedagogia da Alternância consiste numa proposta pedagógica que privilegia a experiência do aluno e de uma formação vinculada com os processos de trabalho e produção no campo (NOSELLA, 2012). Dentro desta perspectiva, a agroecologia na EFA também é trabalhada a partir de uma visão crítica, ou seja, o trabalho com as hortas, com a criação de animais, com o manejo de sistemas agroflorestais, etc. estão associados a uma “formação integral, libertadora, emancipatória dos sujeitos”. De acordo com a Associação Mineira das Escolas da Família Agrícola (Amefa), seu



objetivo consiste em desenvolver “uma formação humana integral e libertadora de adolescentes, jovens e adultos camponeses, suas famílias e comunidades, em harmonia com o meio ambiente”; vinculada a um projeto de “fortalecimento da agricultura familiar camponesa, bem como da Educação do Campo, na perspectiva da solidariedade e da produção sustentável da vida no campo”.

E por fim, dentro deste mapeamento dos sujeitos da Educação do Campo e da agroecologia no estado de Minas, também se destaca o papel das Universidades e dos Institutos Federais, com os cursos de Licenciaturas em Educação do Campo, de Pedagogia da Terra, do Pronera e com grupos de pesquisa e extensão que trabalham com o tema.

Como assinalam Tafarel e Molina (2012), as políticas públicas de Educação do Campo conquistadas no Brasil foram resultado direto da luta dos trabalhadores e dos povos do campo, portanto, vinculadas à luta dos movimentos sociais pelo direito à terra, ao trabalho, à natureza, à cultura, à educação. De modo que, ressaltam as autoras, a visão de Educação do Campo e de agroecologia oriunda dos movimentos sociais foi incorporada às políticas educacionais, à formação de professores e às agendas de pesquisa e extensão das universidades. Segundo Tafarel e Molina, não só as concepções de educação do campo e agroecologia das universidades e políticas públicas baseiam-se nos movimentos sociais, como eles são também protagonistas fundamentais na implementação e execução destas políticas.

Essa participação dos movimentos sociais e das comunidades rurais na universidade contribui para a construção de uma educação transformadora no ensino superior, colocando-o a serviço dos trabalhadores e povos do campo, e não como instrumento da acumulação e da lógica capitalista (NÉSPOLI, 2022). Desenvolvendo projetos de ensino, pesquisa e extensão no campo da agroecologia, atuando junto às comunidades, escolas e movimentos sociais, formando professores, técnicos, profissionais, quadros dirigentes qualificados e voltados para trabalharem pelo desenvolvimento da agricultura familiar, da reforma agrária, pelos direitos, pela sustentabilidade no campo.

Conclusões

Uma das características da educação popular é que ela se articula com as lutas dos trabalhadores e com seus projetos de transformação. Do ponto de vista dos movimentos sociais e de Educação do Campo, a agroecologia se insere na luta pela construção de um novo modo de produção e de sociedade. Uma forma de organização social cujo objetivo maior deixa de ser o lucro e passa a ser o bem estar humano e a sustentabilidade ambiental. Desta maneira, a agroecologia pode ser compreendida também como um princípio educativo que orienta os sujeitos para e na construção de um projeto societário distinto do capitalismo.

Neste sentido, os sujeitos educativos mencionados acima, podem ser considerados, na acepção que lhes atribuí Gramsci (2014), como aparelhos de disputa da



hegemonia no campo, vinculados a classe dos trabalhadores rurais, camponeses e povos do campo, que atuam no intuito de construir uma “nova concepção de mundo” que permita o desenvolvimento de um novo projeto de sociedade e de economia no campo, voltado para a democracia, para os direitos e para a sustentabilidade ambiental.

Agradecimentos

Esta pesquisa faz parte do projeto “Educação do campo: saberes e práticas de formação nas relações discursivas entre trabalho, educação, letramentos e agroecologia”, financiado pela Fundação Arthur Bernardes (Funarbe), por meio do Edital Fapemig 09/2022.

Referências bibliográficas

ASSOCIAÇÃO MINEIRA DAS ESCOLAS DA FAMÍLIA AGRÍCOLA. **Nossa organicidade institucional**. Disponível em: <https://amefa.wordpress.com>. (Acesso em 29 de junho de 2023).

FREIRE, Paulo. **Ação cultural para a liberdade e outros escritos**. 5ª ed., Rio de Janeiro, Paz e Terra. 1981.

GRAMSCI, Antonio. **Cadernos do Cárcere**, v.3. 6ª ed., Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

MARTINS, Adalberto F. G. Agricultura camponesa e agroecologia na construção do modo de produção socialista in: CALDART, R. S.; VILLAS BOAS, R. L. (org.). **Pedagogia socialista: legado da revolução de 1917 e desafios atuais**. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

NÉSPOLI, José H.S. Política, educação e intelectuais: a experiência educativa da Licenciatura em Educação do Campo na Universidade Federal do Triângulo Mineiro in: **INTER-AÇÃO**. Revista da Faculdade de Educação, UFG, v. 1, 1975 –Goiânia: FE/PPGE/UFG, v. 47, n. 2, maio/ago., 2022.

NOSELLA, Paolo. **Educação no campo**: origens da pedagogia da alternância no Brasil. Vitória: EDUFES, 2012.

NOVAES, Henrique T.; SANTOS, Lais; PIRES, João H.; FUZER, Antônio C.P. A economia política da “revolução verde”, a agroecologia e as escolas de agroecologia do MST in: NOVAES, H.T.; MAZIN, D.; SANTOS, L. (org.). **Questão agrária, cooperação e agroecologia**. São Paulo: Outras Expressões, 2015.



RAVAGNANI, Eduardo D. **Escola Família Agrícola Vida Comunitária**. Uma análise sobre a pedagogia da alternância como práxis formativa. São Paulo: Editora Dialética: 2022.

TAFAREL, Celli Z.; MOLINA, Mônica C. Política educacional e Educação do Campo in: ALENTEJANO, P. et.al. (org.). **Dicionário da Educação do Campo**. Rio de Janeiro, São Paulo: Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, Expressão Popular, 2012.